

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL: O PAPEL DO ADMINISTRADOR NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAL

Autoria

Domenica Araujo Ramos
ADMINISTRAÇÃO/CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO - UNIFAI

Professor Orientador

Edineide Maria de Oliveira

Resumo

Este artigo buscou responder a questão: Qual papel do administrador em uma ONG e OSCIP, como apresentar uma boa gestão diante das mudanças no perfil administrativo nas organizações não governamentais? As organizações precisam de gestão eficiente e administração de recursos financeiros a fim de atingir a qualidade e confiabilidade nos serviços prestados, para tanto o administrador precisa ter conhecimento, habilidade e aptidão ? CHA, ter perfil inovador para solucionar os problemas que possam surgir. Para fundamentar e responder a problemática, a pesquisa foi realizada devido levantamento bibliográfico com os autores: Cabral (2007), Chiavenato (2003), Chiavenato (2004), Gonçalves (1996), Oliveira (2015), Resende (2008) e Tenório (2009) . Esses autores apresentam a importância das organizações, bem como a Administração de seus recursos e prática de Gestão. Como também as exigências legais para qualificação, crescimento e benefícios para sociedade. O estudo também contou com pesquisas científicas baseadas também nos autores: Barbosa (2003), Ferrarezi (2002), Franco (2000), Rocha (2003), Vargas (2014), Veiga (2015) e Visconti (2000). Apontaram índices de crescimento e perspectiva de mercado nas atividades que envolvem os serviços prestados pelos órgãos não Governamentais. O objetivo foi apresentar os desafios enfrentados pelas ONGs, para manter-se em atividade e como o administrador poderá atuar em uma gestão com perfil diferenciado. O resultado indica que as ONGs vêm crescendo e ganhando seu espaço, mas para isso é necessário que haja maior fiscalização, cumprimento de normas e gestão adequada.

Administração Pública, Governo e Terceiro Setor

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL:

O PAPEL DO ADMINISTRADOR NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAL

RESUMO

Este artigo buscou responder a questão: Qual papel do administrador em uma ONG e OSCIP, como apresentar uma boa gestão diante das mudanças no perfil administrativo nas organizações não governamentais? As organizações precisam de gestão eficiente e administração de recursos financeiros a fim de atingir a qualidade e confiabilidade nos serviços prestados, para tanto o administrador precisa ter conhecimento, habilidade e aptidão – CHA, ter perfil inovador para solucionar os problemas que possam surgir. Para fundamentar e responder a problemática, a pesquisa foi realizada devido levantamento bibliográfico com os autores: Cabral (2007), Chiavenato (2003), Chiavenato (2004), Gonçalves (1996), Oliveira (2015), Resende (2008) e Tenório (2009) . Esses autores apresentam a importância das organizações, bem como a Administração de seus recursos e prática de Gestão. Como também as exigências legais para qualificação, crescimento e benefícios para sociedade. O estudo também contou com pesquisas científicas baseadas também nos autores: Barbosa (2003), Ferrarezi (2002), Franco (2000), Rocha (2003), Vargas (2014), Veiga (2015) e Visconti (2000). Apontam índices de crescimento e perspectiva de mercado nas atividades que envolvem os serviços prestados pelos órgãos não Governamentais. O objetivo foi apresentar os desafios enfrentados pelas ONGs, para manter-se em atividade e como o administrador poderá atuar em uma gestão com perfil diferenciado. O resultado indica que as ONGs vêm crescendo e ganhando seu espaço, mas para isso é necessário que haja maior fiscalização, cumprimento de normas e gestão adequada.

Palavras-chave: Organização Não Governamental; Administração e Crescimento.

1. INTRODUÇÃO

Diante das mudanças no cenário econômico no período da ditadura militar, em meados dos anos 80 e 90, surgem as atividades dos serviços prestados a comunidade pelas instituições não governamentais com o objetivo de atender as carências deixadas pelos órgãos públicos nas áreas da saúde, lazer, educação, moradia, dentre outros.

Com o fortalecimento deste novo setor econômico e com o crescimento das organizações houve então necessidade de controle administrativo e, busca por gestão eficiente para atender às normas legais e transparência nas atividades exercidas pelas diversas instituições já existentes como: ONGs, Fundações, Institutos, Associações dentre outras.

As organizações são de total importância para o desenvolvimento social e econômico do país, portanto os gestores precisam apresentar uma administração voltada à captação de recursos e parcerias que possam fortalecer as instituições, prestando assim um serviço de qualidade com total transparência a comunidade carente, não perdendo sua característica principal que é a prestação de serviços a população.

Portanto, o presente trabalho relaciona-se com questões da administração, gestão e controle das entidades do terceiro setor, especificamente nas ONGs e OSCIP. Desta forma, o administrador deverá apresentar soluções que possam auxiliar nas estratégias administrativas, colaborando para o desenvolvimento das atividades do terceiro setor.

A questão de pesquisa que se pretende responder é a seguinte: **Qual papel do administrador em uma ONG e OSCIP e como apresentar uma boa gestão diante das mudanças no perfil administrativo nas organizações não governamentais?**

Desta forma, o Objetivo Geral do trabalho é apresentar como são administradas as organizações não governamentais e OSCIP dentro da cidade de São Paulo, enfatizando a prestação de serviços à comunidade e suas práticas de gestão para administração de recursos.

Para este tipo de estudo foi feito uma pesquisa bibliográfica, tendo como base autores pesquisadores que reúnem um conjunto de conceitos sobre o tema proposto. O referencial teórico baseou-se em autores como: Drucker (2009), Cabral (2007), Tenório (2009), Oliveira (2015) e Chiavenato (2003).

Também contou com a utilização de sites da internet especializados, artigos científicos e revistas que contribuíram para realização do projeto (SEVERINO, 2007).

2. HISTÓRIA DAS ONG

As organizações sem fins lucrativos caracterizados como organizações do Terceiro Setor, voltadas à prestação de serviço à comunidade civil, por muitas vezes complementam as ações do governo e de seus agentes econômicos; visando contribuir no processo de desenvolvimento social. Para sobrevivência própria, muitas instituições dependem de financiamentos de agências, ONGs internacionais, governo e no setor privado. Algumas vezes contam com trabalhos voluntários,

promovendo assim movimentos sociais que contribuem para um processo de transformação estruturais da sociedade (TENÓRIO, 2009).

Tenório (2009), explica que após a Segunda Guerra Mundial, o país passou por uma grande transformação, emergências no poder político e econômico, a revolução nos meios de comunicação aumento da produtividade industrial e agrícola, assim como a urbanização. Aumentando assim a pobreza, violência, de poluição ambiental, de doenças, além de conflitos sociais, políticos, étnicos e religiosos. O surgimento das ONGs aconteceu para preencher uma lacuna deixada pelo Governo, e como estratégica de desenvolvimento social.

Dessa forma, a ONG funciona como um complemento dos serviços não realizados pelo governo e pelas empresas conforme elucida:

Configura, portanto uma função entre o primeiro e o segundo setor, visando a resolver as carências deixadas pelo governo (primeiro setor) ou pelas empresas (segundo setor) no atendimento as necessidades da população, em uma relação conjunta, proporcionando, à sociedade, a melhoria na qualidade de vida, atendimento médico, eventos culturais, campanhas educacionais, entre tantas outras atividades. (OLIVEIRA, 2015, p. 18)

Observa-se que Oliveira (2015) demonstra que as atividades do “terceiro setor”, atendem as carências deixadas pelo governo e até mesmo pelas empresas privadas, buscando melhora na qualidade de vida da população que carece de serviços essenciais como saúde, educação e outros serviços no âmbito social.

De acordo com Rocha (2003), as ONGs no Brasil funcionam da seguinte forma:

O termo ONG – Organização Não Governamental, - refere-se a um tipo peculiar de organização. Trata-se de um agrupamento de pessoa, estruturado sob uma forma de instituição da sociedade civil, sem finalidades lucrativas, tendo como objetivo comum lutar por causas coletivas e/ou apoiá-las. As ONGs representam um novo espaço organizador da sociedade civil, de forma mais espontânea e menos burocratizada. São mecanismos fundamentais de construção da cidadania, atuando como agentes de fiscalização da sociedade civil sobre a sociedade política, no gerenciamento de assuntos públicos. ROCHA (2003, p.13)

Para Rocha (2003), algumas denominações referem-se às entidades sem fins lucrativos, formado por pessoas e/ou pessoas jurídicas com objetivos comuns, que juridicamente se apresentam como Associações e Fundações.

2.1 Associações

De acordo com Barbosa (2003), dentre várias organizações existentes na cidade de São Paulo, este estudo apresentará as conhecidas como Associações, que são entidades que defendem interesses comuns dentro de determinadas sociedades, com objetivos mútuos e comuns. Os interesses são diretamente voltados às pessoas participantes, compreendendo variedades de objetivos, sendo assim, envolvem atividades recreativas, esportivas, culturais, artísticas, comunitária, profissional e educacional. São privadas, no que se refere investimento e patrocínios voltados as instituições existentes em grande parte no país.

Quanto à questão dos problemas ainda existentes na área social, Barbosa afirma que:

Código Civil, Lei nº 10.406 de janeiro de 2002, define Associações como a “união de pessoas que se organizam para fins não econômicos” (art.53). O direito à livres associação para fins lícitos previstos e assegurados pela Constituição Federal no artigo 5º, inciso XVIII (BARBOSA,2003, p.13).

O autor ressalta que, embora os fins das Associações não sejam de interesse econômico, ela não se restringe a proibição de geração de recursos que possam gerar receitas. A união dessas pessoas em busca de um bem comum está assegurada pelo Estatuto e Leis previstos no artigo 5º da Constituição Federal.

As entidades que não têm fins econômicos são denominadas Fundações, que têm como finalidade a prestação de serviço à comunidade com objetivo de cumprir com normas estabelecidas pela questão sustentável, social e empresarial.

2.2 Fundações

Segundo Rocha (2003), as Fundações são exemplos de organizações não governamentais. É importante que haja uma declaração de espontaneidade do fundador para a constituição da fundação, deixando bem especificado os bens destinados e formação de seu bem e patrimônio. Sendo assim, as Fundações são formadas pela constituição de um patrimônio, predominantemente jurídico, que tem como objetivo cumprir às finalidades sociais, segundo o interesse de seus instituidores. Nas Fundações o núcleo central é o patrimônio.

Com relação às Fundações e suas formalizações jurídicas, Rocha (2003) afirma que:

As Fundações formam-se pela constituição de um patrimônio dotado de personalidade jurídica destinada a cumprir uma finalidade social, segundo a vontade de seus instituidores. Diferentemente das Associações, nas quais o núcleo central é o indivíduo, nas Fundações o núcleo central é o patrimônio. As Fundações podem ser constituídas por indivíduos, por empresas ou pelo Poder Público. Neste último caso, temos as Fundações públicas (ROCHA, 2003, p.13).

As Fundações também são importantes e buscam interesses voltados a instituidores. As Fundações podem ser constituídas tanto por pessoas físicas, como empresas e pelo poder público. Portanto seus objetivos e interesse são voltados para o patrimônio da empresa e não para os indivíduos.

Estas são algumas das denominações que se referem a entidades de natureza sem fins lucrativos, que juridicamente poderão ser instituídas como: Associações, Fundações, ONGs, dentre outras. Conforme cada caso podem pleitear a obtenção do título ou qualificação junto ao poder público, obtendo assim alguns benefícios.

Destacam-se neste trabalho algumas Fundações na Capital conforme citação de Rocha (2003):

- a) Fundação Bradesco; voltada a educação e desenvolvimento de projetos sociais;
- b) Fundação Roberto Marinho; incentivos à educação, protagonismo, valorização da cultura e meio ambiente;
- c) Fundação Telefônica; proteção dos direitos das crianças e adolescentes do Brasil.

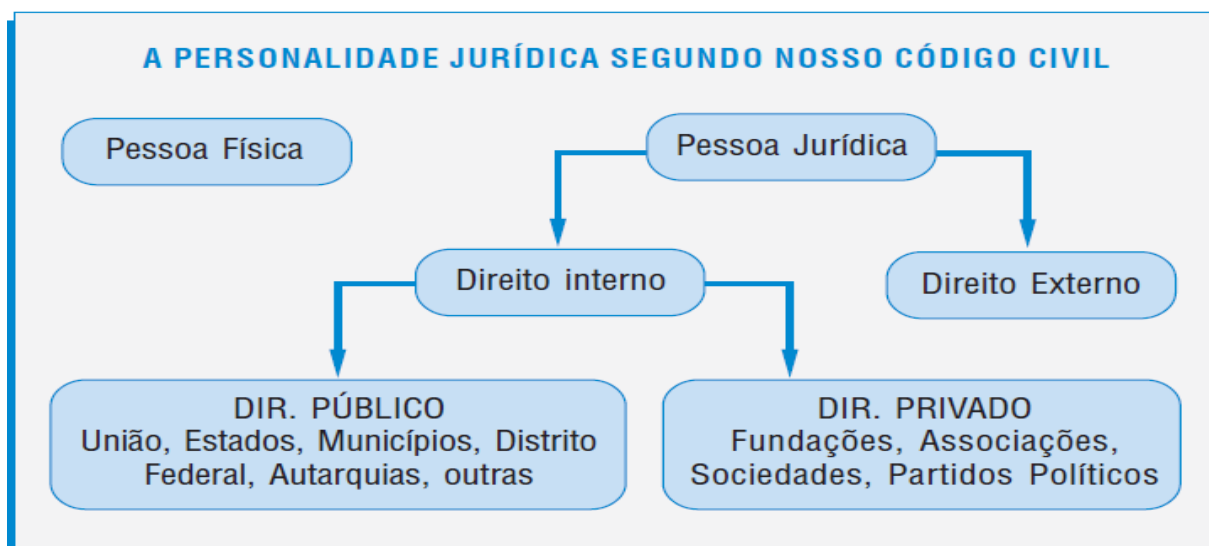
Assim, as Fundações são formadas pela constituição de um patrimônio, de personalidade jurídica, ou seja, uma empresa que se propõe a cumprir com uma finalidade social, seguindo a vontade de seus instituidores. O autor ainda afirma que as ONGs representam um método inovador para organizar a sociedade civil, são mecanismos fundamentais para construção de uma cidadania mais justa atuando, portanto com mais fiscalização e gerenciamento de assuntos públicos (ROCHA, 2003).

2.3 Organizações não Governamentais

O termo ONG - Organização não Governamental no Brasil, refere-se a um termo peculiar, formado por um grupo de pessoas, que estruturadas, sob forma de instituição de sociedade civil, sem fins lucrativos, possuem os mesmos interesses e unem-se por uma causa em comum. Representa na atualidade um modelo de gestão renovador, com formas espontâneas e menos burocráticas. São como agentes de fiscalização da sociedade civil, interessadas nas atividades de gerenciamento relacionadas a assuntos públicos (ROCHA, 2003).

De acordo com Rocha (2003), pode-se apresentar na figura a seguir exemplo de como o poder público diferencia as categorias das organizações:

FIGURA 1 – Personalidade Jurídica Segundo Código Civil



Manual do Terceiro Setor (ROCHA 2003,p.13)

Observa-se que as Associações são de direito privado, e segundo o Código Civil, Lei nº. 10.406, de janeiro de 2002, define-se associação como “uma união de pessoas que se organizam para fins não econômicos” (art.53). O direito a livre associação esta assegurado e previsto pela Constituição Federal no artigo 5, inciso XVIII.

Tenório (2009) enfatiza que as organizações não governamentais, possuem um estatuto que por meio deste documento legal são estabelecidos às missões de cada uma delas. São mencionados seus dirigentes, formas de eleições, suas competências e a quem cabe suas atribuições. Por serem sociedades civis sem fins

lucrativos, geralmente se organizam nos seguintes órgãos: Assembleia Geral e Diretoria Executiva.

Nota-se que para as Fundações, o Código Civil, dispõe do art. 62, que para ser constituído o instituidor fará por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando os fins e destinos, e declarar se assim quiser a maneira de administrá-las. As Fundações, portanto, poderão apenas ser constituídas para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. As atividades promovem inclusão social e as ONGs são de muita importância para o desenvolvimento social. Essas organizações prestam serviços em hospitais, escolas, igrejas museus, orquestras sinfônicas, corais, centros culturais filantropias e outros milhares de entidades (CHIAVENATO, 2004).

As organizações e suas motivações são apresentadas pelo estudo feito segundo Chiavenato, que informa o seguinte:

As organizações não lucrativas envolvem motivações não financeiras de voluntários que trabalham como dirigentes ou operacionais que se identificam com a comunidade e desenvolvem um suporte financeiro com a ajuda da própria ou terceiros para levar adiante projetos sociais (CHIAVENATO, 2004, p.122).

As principais motivações das atividades sem fins lucrativos, de objetivo particularmente social, são desenvolvidas por meio de um ideal, com o objetivo de proporcionar a comunidade desenvolvimento sócio e cultural. A manutenção das atividades financeiras é dada por meio de doações, parcerias, financiamentos e /ou ajuda da própria comunidade, fortaleceram-se, portanto dando o surgimento das Organizações não Governamentais.

2.4 Surgimentos das ONGs

Segundo Gonçalves (1996), as primeiras participações das atividades das organizações não governamentais, instituídas terceiro Setor, deram-se no período da década dos anos de 1970, na era da ditadura militar; quando as maiores expressões da população eram demandadas pelas organizações não governamentais. Havia grande crise política entre o Governo e a população. A princípio, as organizações reivindicavam direitos de trabalho, mas não se limitaram apenas neste fator e estenderam-se aos direitos humanistas e de defesa da população.

Gonçalves (1996) afirma que:

Responde a uma questão de outra ordem. Não se trata mais de um confronto político de confiança, mas sim de lidar com o impasse criado pela incapacidade do setor público na prestação de serviços. Está estabelecida uma crise de confiança que não tem mais o fundamento político, mas que tem fundamento econômico e que deriva da incapacidade e ineficácia do Estado em prestar a assistência demandada pela população (GONÇALVES, 1996, p. 54).

Conforme Gonçalves (1996) entende-se que as organizações se fortalecem, pois os órgãos governamentais, não atendem a demanda de prestação de serviços à comunidade. Portanto se faz necessário controle administrativo e melhor gestão, como também cumprimento de leis e transparência nas atividades de cada organização.

As primeiras atividades das organizações não governamentais deram início a frentes comunitárias como: Igrejas e hospitais. De início, os impactos causados pelos movimentos dessas organizações eram de pequenas proporções e não podiam imaginar que se transformariam em projetos curtos e em curto espaço de tempo, em grandes ONGs. Dessa forma, logo surgiram as necessidades de administrar e organizar as entidades e formar pessoas para enfrentar condições diversas, considerando que não havia a ideia de mudança organizacional, gerencial e administrativa (CABRAL, 2007).

Quanto à questão do surgimento das organizações e como se deu o crescimento das atividades no âmbito político, social e econômico Cabral (2007), afirma que:

No Brasil, essas iniciativas e organizações estiveram presentes desde o período colonial, porém o crescimento numérico e a determinação de sua importância ocorrem com concomitantemente com o debate – intrínseco ao processo de inserção mundial do país – em relação às alternativas e concepções do desenvolvimento social, econômico e cultural. Assimetrias desse processo manifestam-se acompanhadas por um conjunto de problemas sociais, pertinentes a desigualdades históricas, sociais e econômicas do desenvolvimento, à insuficiência da regulação de direitos e garantias à capacidade de cobertura de bem estar social, proporcionado pelo Estado, com relação aos setores afastados do mercado de trabalho. (CABRAL, 2007, p.2)

Nota-se que muito além de uma missão social e processo de transformação econômico, as organizações atuam no processo de transformação social. O processo de transformação social é muito importante e as organizações possuem características diferentes.

4. ADMINISTRAÇÃO DE ONGs e OSCIP

Depois de organizada de acordo com os formatos de ONGs, as entidades buscam um meio legal a obtenção de certificações e títulos que atestem a legitimidade das organizações, atentando assim na qualidade de OSCIP, de Utilidade Pública ou de Entidade Beneficente de Assistência Social, garantindo margens legais para obtenção de recursos e parcerias com outras instituições, inclusive as governamentais (ROCHA, 2003).

Pode-se verificar que Rocha (2003) aponta as vantagens das organizações que por meio das qualificações, aumentam as chances de crescerem e aumentar oportunidades estratégicas administrativas, financeiras e de parcerias.

Com o crescimento das atividades do terceiro setor, surgiu a necessidade de qualificá-las como OSCIP – Organização da Sociedade Civil de interesse público refere-se a uma qualificação regulada pela Lei n 9.790/99 que pode ser considerada como organização do terceiro setor.

Em resposta às questões legislativas, Rocha (2003) afirma que:

A Resolução nº 144, de 11 de agosto de 2005, do Conselho Nacional de Assistência Social, trouxe uma inovação ao dispor que entidades qualificadas como OSCIPs poderão se inscrever nos Conselhos Municipais, Estaduais e do Distrito Federal de Assistência Social, desde que preencham os requisitos legais da respectiva esfera, ao contrario que ocorria há tempos atrás (ROCHA, 2003, p. 17).

Observa-se que o autor elucida a inovação no quesito qualificação para participar também nas esferas governamentais, proporcionando condições de conseguir verba financeira para prover projetos de maior viabilidade social, apesar do objetivo final não ser o lucro, tanto as ONGs e OSCIP necessitam de verba para manter e criar novos projetos.

4.1 Práticas de Gestão das ONGs

Apesar de as ONGs não terem o lucro como finalidade, elas precisam ter um “termômetro” que demonstre que o andamento de suas atividades está correto e para isso é necessário uma organização que contemple uma gestão satisfatória

assim como uma empresa capitalista, para que possa haver controle por meio de balanço contábil. Por intermédio das ONGs é possível organizar a sociedade e seus processos democráticos. Uma sociedade tem o direito de se organizar para atuar na política e intervir nos direitos de vida de cada indivíduo. É lícito que pessoas que pensam de forma semelhante, unam suas forças para intervir na realidade social. Parte-se do princípio que as organizações, sendo idôneas, este tipo de administração devem ser avaliadas pelo trabalho que realiza (VEIGA, 2015).

Referente às questões administrativas e de coordenação das ONGs, Veiga (2015) apresenta as seguintes funções:

Execução e elaboração de programas orçamentários e de planejamento de trabalho para objetivos da ONG; administrar e definir quadro de pessoal e atribuição de cada indivíduo, assim como serviços de terceiros; captação e movimentação de recursos financeiros, alocação e prestação de contas; administrar projetos estabelecendo métodos, executar e coordenar tarefas (VEIGA, 2015, p.10)

Nota-se, portanto que o planejamento das atividades e execução de projetos depende de uma gestão adequada. As definições de quadro de pessoal, captação de recursos e métodos administrativos são requisitos importantes nas tomadas de decisões.

As organizações de maneira geral são de tamanhos e características diferentes, estruturas e objetivos bem diversificados. O Administrador precisa especializar-se para atender em diversas áreas de atuação, bem como função das diversas áreas e diversos aspectos organizacionais, o profissional deverá definir diagnóstico e estratégias, planejar aplicações de recursos, resolver problemas, gerar competitividade por meio das inovações (CHIAVENATO, 2003).

De acordo com Chiavenato (2003), as principais características de um administrador bem sucedido são as seguintes competências:

- a) Conhecimento: é fundamental e necessário, devendo ser aplicado às próximas duas características que também são de grande relevância;
- b) Perspectiva: colocar o conhecimento em plena atividade, transformando toda e qualquer teoria na prática, aplicando o conhecimento no momento da solução de problemas;

c) Atitude: é o comportamento do administrador diante das situações do cotidiano, liderar, fazer com as coisas aconteçam, ter espírito empreendedor e de liderança.

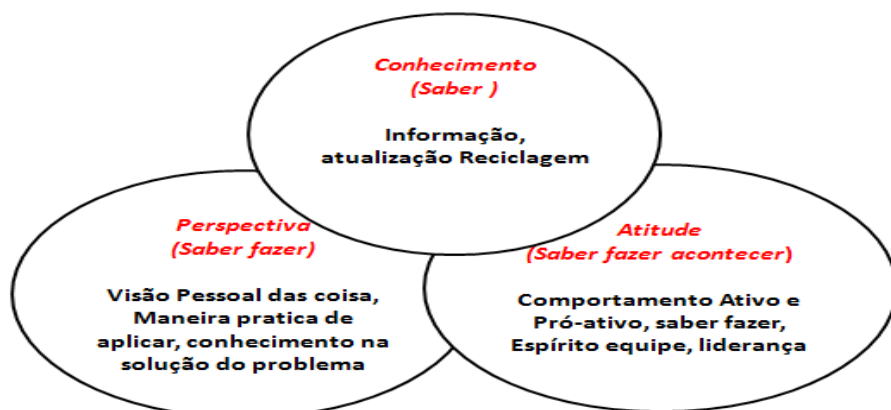
Essas três competências conduz o administrador a tomadas de decisões principalmente no que se diz respeito às normas das ONGs e OSCIP. As aptidões e competências são diversas vale ressaltar cada uma delas e propor alternativas viáveis para uma administração eficiente para melhor desenvolvimento das atividades. Examinar o perfil adequado do administrador contribui para uma melhor gestão, analisando situações adversas e solucionando possíveis problemas que possam surgir no decorrer das atividades (CHIAVENATO, 2003).

Explica sobre a importância de um perfil administrativo Chiavenato que para o futuro das organizações compete:

A tarefa básica da Administração é a de fazer as coisas por meio das pessoas de maneira eficiente e eficaz. Nas organizações – seja nas indústrias, comércio organizações de serviços públicos, hospitais, universidades, instituições militares ou em qualquer outra forma de empreendimento humano – a eficiência e a eficácia com que as pessoas trabalham em conjunto para conseguir objetivos comuns dependem diretamente da capacidade daqueles que exercem função administrativa (CHIAVENATO, 2003, p.10).

Essas tarefas aplicadas são muito importantes, pois a eficácia e eficiência na administração apontam resultados esperados pelas organizações, bem como o trabalho em conjunto das pessoas envolvidas nos processos administrativos e em busca de seus objetivos comuns.

FIGURA 3 – COMPETENCIAS DO ADMINISTRADOR



FONTE: Elaborado pela autora, 2016.

Verifica-se que o saber transforma a teoria em prática e, aplicando o conhecimento na solução de problemas e em análise de situações diversas, mas para tanto é necessário o controle administrativo das ONGs, por meio de administração que contemple as principais habilidades do administrador. Respondendo em parte à problemática deste estudo.

Segundo Resende (2008), o administrador também pode apresentar outro perfil para que possua as habilidades e requisitos de uma gestão bem sucedida. Representada e conhecida como marco fundamental em um bom administrador a sigla: “CHA” – Competências, Habilidade e Aptidão. Por possuírem perfil diferenciado as organizações não governamentais investem ainda mais em qualidade profissional dos seus gestores.

Segundo Resende (2008), para melhor entendimento segue a figura explicativa das competências do Administrador:

FIGURA 4– CHA - COMPETÊNCIAS DO ADMINISTRADOR

Competência	Capacidade das pessoas e das organizações relacionados com o domínio e aplicação de conhecimentos. Pode-se dizer que se refere a Know-how ou expertise (domínio de um assunto)	Saber fazer
-------------	--	-------------

FONTE: Elaborado pela autora, 2016.

Para questão de competências Resende (2008) afirma:

“À medida que surgem novas atividades, funções e profissões, elas podem requerer novas competências técnicas e operacionais. Não há limites para as competências deste tipo.” (RESENDE, 2008, p.40).

FIGURA 5– HABILIDADES DO ADMINISTRADOR

Habilidades	Pode-se definir habilidade como uma maneira melhor de agir, aplicar os conhecimentos, expressar-se.	Saber agir
-------------	---	------------

FONTE: Elaborado pela autora, 2016.

Para questão de habilidades Resende (2008) demonstra da figura a 5:

“Exemplos de habilidades: ter pensamento ágil, facilidade para aprender, saber ouvir, ter facilidade para fazer cálculos, saber impor respeito, ter senso pratico, senso estético, presença de espírito,

saber levar na brincadeira, saber prender a atenção do público, dentre outras” (RESENDE, 2008, p.40).

FIGURA 6 – APTIDÃO DO ADMINISTRADOR

Aptidão	É o único que se “nasce com”. Ou seja, já nascemos com aptidão, ou pelo menos com a tendência ou vocação para tê-las.	Natural
---------	---	---------

FONTE: Elaborado pela autora, 2016.

De acordo com a figura 6, Resende (2008) demonstra que Aptidão:

“É bom termos isto em mente: conhecimento e habilidade são adquiridos ou desenvolvidos após o nascimento. Aptidão são genericamente herdadas e depois desenvolvidas.” (RESENDE, 2008, p.40).

As funções apresentadas diferem o perfil administrativo esperado pelas organizações que para obterem seus resultados apostam em uma gestão eficiente e eficaz, com profissionais preparados e qualificados.

Desta forma, as organizações poderão manter controle para atingir melhores resultados assumindo seu papel na prestação de serviços a comunidade bem como confiança por parte de parceiros e financiadores, reflete assim uma gestão eficiente no objetivo de alcançar processos organizacionais administrativos, bem como uma gestão adequada para gerir recursos e enfrentar desafios no que se refere ao crescimento e perspectiva de mercado. (RESENDE, 2008).

CONCLUSÃO

Este artigo apresentou o papel do administrador na ONGs apresentando uma gestão adequada como administração de recursos, financiamentos com novos parceiros, ajustes contábeis, fiscais e normais legais de funcionamento voltados para atividades como as ONGS. Desta forma, a gestão é um fator importante e são os administradores responsáveis por fiscalizar, ordenar, controlar normais legais de procedimentos voltados às atividades dessas organizações.

Para fundamentar melhor o trabalho, Chiavenato (2003) e Oliveira (2015), apontam a importância das atividades do terceiro setor, bem como perfil administrativo mais eficaz, para tanto o administrador, deverá apresentar conhecimento e habilidades para atingir melhores resultados e atender a demanda de prestação de serviços de acordo com normas legais.

As vantagens de administrar as organizações de acordo com as qualificações e gestão adequadas facilitam as chances de oportunidades e estratégias administrativas financeiras, como adquirir junto aos órgãos competentes documentos legais para isenção de tributos e impostos, bem como deduções em despesas administrativas como água, luz, telefone dentre outros.

O administrador precisa especializar-se para atender diversas áreas de atuação das organizações, possuindo perfil inovador, dinâmico e pró-ativo e preparo para resolver problemas que surgirão no decorrer da administração. O estudo ainda aponta um crescimento nas atividades do terceiro setor e este percentual mostra que há maior necessidade de investimento em conhecimento e estratégias administrativas, pois as organizações necessitam de captação de recursos e transparência nas atividades exercidas.

A contribuição deste estudo volta-se para um conhecimento fundamentado em ONGs e OCSIP, uma vez que existem conhecimentos superficiais, distorcendo de modo geral que as ONGS e OSCIPS são maneiras de arrecadar valores monetários, no entanto essas organizações visam atender as necessidades da comunidade, pois o poder público por sua vez não consegue atingir plena satisfação dos serviços prestados.

. Para o mundo acadêmico fica a contribuição de estudos com viés para a administração, visto que existe um grande relacionamento com a área de Serviço Social, devido à complexibilidade do tema.

O tema ONGs e OCSIP é extenso e complexo, mas permite a obtenção de conhecimentos e perspectivas inovadores, recomendando assim um perfil administrativo inovador, versátil, desafiador, ou seja, a busca por novos conhecimentos para que as organizações possam atingir resultados desejados.

Não é pretendido que este trabalho seja encerrado neste momento, mas que sirva como instrumento de iniciação e abertura para novas pesquisas, visando à relevância em relação aos processos de gestão e administração das Organizações Não Governamentais, e a busca da gestão adequada numa sociedade carente de serviços nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura, desenvolvimento social, dentre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Maria José Lins. Manual do Terceiro Setor – **Manual de ONGs**: guia prático de orientação jurídica. 4ª Edição. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, pág. 13.
- CABRAL, Eloisa Helena de Souza. *Terceiro Setor. Gestão e Controle Social*. São Paulo: Saraiva 2007.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a Teoria geral da Administração**. Uma visão abrangente da moderna administração nas Organizações. 12ª triagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- _____. **Introdução a Teoria geral da Administração**. Uma visão abrangente da moderna administração nas Organizações. 7ª triagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- FERRAREZI, Elisabete. **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP**: a lei 9.970 como alternativa para o terceiro setor. 2ª Edição. Brasília, Comunidade Solidaria, 2002.
- FRANCO, Augusto. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**, Brasília, Instituto de Política, 2000.
- GONÇALVES, H.O **Estado diante das organizações não governamentais. Organizações não governamentais**: Solução ou problema? São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- OLIVEIRA, Luis Martins. Terceiro Setor. **Característica e Gestão**. São Paulo: Campus, 2015.
- RESENDE, Ênio. **Competência, Sucesso e Felicidade**. Um roteiro prático para desenvolver competências. São Paulo: Summus, 2008.
- ROCHA, Silvio Luis Ferreira. **Manual do Terceiro Setor** – Terceiro Setor. São Paulo, Malheiros, 2003, pág. 13.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho**. 23ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007.
- TENÓRIO, Fernando G., Gestão de ONGs. **Principais funções Gerenciais**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV 2009.
- VARGAS, Alexis. Sumário Executivo: Pesquisa sobre ONGs. Disponível em: <file:///C:/Users/Note/Desktop/Sumário-executivo-fgv.pdf>> Acesso em: 12/2014.
- VEIGA, Cristina. Aprendiz Guia de empregos: Terceiro Setor. Disponível em: HTTP://www.uol.com.br/aprendiz/guide_empregos/terceiro/noticias/ge. Acesso em

05 Maio. 2005.

VISCONTI, G.R. Comunidade solidária. OSCIP – A Lei 9.790/99 como alternativa ao terceiro setor, 2000 pág. 11.